

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	309.065	25.429	(165.772)	168.722
Integralização de capital (24 de maio de 2017)	5.000	-	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	-	(5.589)	(5.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	314.065	25.429	(171.361)	168.133
Integralização de Capital (29 de maio 2018)	6.500	-	-	6.500
Prejuízo do exercício	-	-	(5.927)	(5.927)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.565	25.429	(177.288)	168.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Companhia de Alumina do Pará S.A. - CAP ("Companhia") estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Barcarena - Pará, foi constituída em abril de 2008, tendo por objetivo o desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e subprodutos de alumina, incluindo a manufatura, transformação, importação e exportação de todos os produtos e subprodutos relacionados à indústria e comércio de alumina e a performance de atividades, no Brasil ou no exterior, que sejam direta ou indiretamente relacionadas ao cumprimento do objeto social da Sociedade, incluindo o desenvolvimento de tecnologia relacionada a produção de alumina e a prestação de serviços técnicos. Atualmente, a refinaria que será utilizada no processo produtivo está em fase de construção e a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Em 13 março de 2012 o Conselho de Administração da Companhia decidiu postergar o cronograma de construção da refinaria. A revisão tecnológica abrangente da concepção do projeto de refinaria foi concluída em 2016. Em 2018 a Companhia manteve a decisão de postergação. Esta revisão incluiu estruturação operacional, tecnológica, investimentos de capital e custos operacionais do projeto. O atraso não representa qualquer falta de confiança no mercado de alumina, ou no projeto da nova refinaria, que ainda é considerado provável de realização por parte da Administração e o reinício do projeto de construção da refinaria está associado a demanda de alumina no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no valor de R\$ 177.288 (R\$ 171.361 em 31 de dezembro de 2017) e prejuízo do exercício de R\$ 5.927 (R\$ 5.589 em 31 de dezembro de 2017) e depende do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou de terceiros, até o momento em que suas operações venham a ser lucrativas. A falta desse suporte financeiro geraria sérias dúvidas sobre a capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades operacionais. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. A administração da Companhia entende que tal ativo é plenamente recuperável, baseado no fluxo de caixa das operações futuras e impulsionado pelas projeções de redução nos custos de produção de alumina baseado na eficiência energética e redução do consumo de óleo combustível. A retomada do projeto de construção da refinaria está diretamente associado a demanda de alumina no mercado externo e a administração entende que as condições econômico-financeiras e mercado serão favoráveis nos próximos anos.

2. Base de apresentação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 29 de março de 2019, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. A administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados ao valor justo. **2.3. Conversão da moeda estrangeira a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado no grupo de resultado financeiro, sob a rubrica de variações monetárias e cambiais, líquidas. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 5.

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contra-

tuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes por meio da experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não identificou perdas relevantes relacionadas a ativos financeiros. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.3. Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

3.4. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A parte principal do Imobilizado da Companhia se encontra na conta de Imobilizado em andamento, por isso não há incidência de depreciação em linha com a fase pré-operacional da CAP.

3.6. Ativos intangíveis: Software: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificados eventos que justificassem a realização de novo teste de impairment. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que

continua